

Advocacia-Geral da União Procuradoria-Geral Federal

Acidente de Trabalho: Competência Jurisdicional

Renato Rodrigues Vieira
Procurador-Geral Federal

Cenário Atual

Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar:

I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho;

Art. 114. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar:

I - as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

VI - as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho;

Desatualização da Constituição Federal

- Competência da Justiça Estadual: nenhuma justificativa atual;
- Leis nº 8.212/1991, nº 8.213/1991 e nº 9.032/1995;
- Extinção das distinções entre os benefícios “acidentários” e “previdenciários”;
- Coerência no tratamento do direito material e processual;
- Necessidade de centralização de todas as demandas relativas à concessão e/ou revisão de benefícios previdenciários perante a Justiça Federal;
- Racionalidade das demandas dos segurados da previdência social;

Análise do Cenário

- ✓ Até 1986 não havia Varas Federais instaladas em municípios do interior *(fonte: Portal da Justiça Federal)*
- ✓ Aproximadamente 850 Varas federais foram criadas entre de 1966 a 2014 *(fonte: Portal da Justiça Federal)*
- ✓ Criação de 5 Tribunais Regionais Federais
- ✓ Criação dos Juizados Especiais Federais e das Turmas Recursais
- ✓ Constante crescimento do estoque de processos de competência federal distribuídas na Justiça Estadual, apesar do aumento médio anual de 6% do número de novas Varas Federais *(fonte: Relatório CNJ – Competência Delegada, 2013)*
- ✓ Maior virtualização dos processos na Justiça Federal: 65% na Justiça Federal e 13% na Justiça Estadual *(fonte: Relatório CNJ – Justiça em Números, 2012)*

Dados comparativos – Estoque x Julgamento

- ✓ Em 2011, a Justiça Federal julgou 34% de todos os processos em tramitação
- ✓ Em 2011, a Justiça Estadual julgou 11% dos processos de competência federal em tramitação
- ✓ Os Juizados Especiais Federais, por outro lado, em 2012, julgaram 72% dos processos em tramitação *(fonte: Relatório CNJ – Justiça em Números, 2012)*

Nos Estados:

	Justiça Estadual	Justiça Federal
Goiás	11%	29%
Rio de Janeiro	2,9%	28%
São Paulo	9%	22%
Rio Grande do Sul	20%	59%
Ceará	15%	67%

Fonte: Relatório CNJ – Competência Delegada, 2013

Dados comparativos – Índice de Recorribilidade

- ✓ Dos julgamentos realizados pela Justiça Federal, houve interposição de recursos em 13% dos processos judiciais, enquanto que na Justiça Estadual, no âmbito da competência delegada, o índice foi de 19%.

Nos Estados:

	Justiça Estadual	Justiça Federal
Goiás	18%	6,9%
Rio de Janeiro	26%	16%
São Paulo	13%	18%
Rio Grande do Sul	28%	16%
Ceará	32%	6%

Benefícios para o Jurisdicionado

- ✓ **Demandas compatíveis com os Juizados Especiais Federais, dos quais decorrem as seguintes vantagens:**
 - ✓ Princípios da Oralidade, Simplicidade, Informalidade, Economia Processual e Celeridade
 - ✓ Desnecessidade de constituição de Advogado para ajuizamento da ação
 - ✓ Dispensa do pagamento de custas, taxas ou despesas processuais para o ajuizamento
 - ✓ Recurso cabível para as Turmas Recursais, instaladas em todos os Estados, e não para os Tribunais Regionais Federais, mais onerosos e congestionados
- ✓ **Possibilidade de atuação da Defensoria Pública da União, com bastante expertise nas matérias afetas à área federal**
- ✓ **Maior alinhamento jurisprudencial**
- ✓ **Menor recorribilidade**
- ✓ **Menor Taxa de Congestionamento**
- ✓ **Maior virtualização dos processos: 65% na Justiça Federal e 13% na Justiça Estadual**
 - ✓ Estudos demonstram que a implantação do processual judicial digital pode aumentar até 400% a aceleração do tempo de tramitação dos processos (*fonte: Aceleração Processual e o Processo Judicial Digital: Um Estudo Comparativo de Tempos de Tramitação em Tribunais de Justiça - Revista Democracia Digital e Governo Eletrônico, n° 8, p. 125-154, 2013*).

Solução

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 127, DE 2015

Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar:

I – as causas em que a União, entidade autárquica federal, empresa pública federal ou sociedade de economia mista federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, ~~as de acidentes de trabalho~~ e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho;

(...)

§ 3º As causas de competência da Justiça Federal poderão ser processadas e julgadas na justiça estadual, nos termos da lei, sempre que a comarca não seja sede de vara do juízo federal.

NOTA TÉCNICA Nº 11/CNJ

01. Trata-se de estudo acerca de Projeto de Emenda Constitucional e Projeto de Lei, com o intuito de alterar normas de competência do Poder Judiciário, relativamente à matéria de cunho previdenciário, encaminhado pelo Ministro de Estado da Previdência Social.

02. Notória é a vultosa carga de trabalho assumida pelo Judiciário Estadual em ações relacionadas a Acidente de Trabalho, oportunidade em que se julga no âmbito estadual, processos em que a Autarquia Previdenciária (INSS) atua como parte.

03. Desse modo, se sujeita a análise das questões acidentárias a decisões que comumente não primam pela técnica esperada, face a ausência de especialidade do julgador em questões de cunho previdenciário. Consequência lógica da situação relatada é o grande grau de recorribilidade, gerando acúmulo de questões previdenciárias nos Tribunais Federais e seu maior congestionamento.

04. A alteração da competência jurisdicional das Ações de Acidente de Trabalho proporciona maior segurança e eficiência, conferindo perceptível evolução nas relações entre o judiciário e seus jurisdicionados.



Advocacia-Geral da União Procuradoria-Geral Federal

www.agu.gov.br/pgf

pgf@agu.gov.br